



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)**

**N.º 03/2010**

**(Revogada pela Resolução n.º 01/2013 do Consepe)**

Dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão de  
Ética no Uso de Animais da Universidade Federal  
do Tocantins (CEUA-UFT).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Fundação  
Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 26 de março de 2010, no  
uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Comissão de Ética no Uso de Animais da  
Universidade Federal do Tocantins (CEUA-UFT).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palmas, 26 de março de 2010.

Prof. Alan Barbiero  
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

**REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (CEUA-UFT)**

A Universidade Federal do Tocantins, no intuito de preservar e defender os interesses dos animais envolvidos em pesquisas de caráter acadêmico e buscando contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, constitui, por meio deste Regimento Interno, a Comissão de Ética no Uso de Animais da Universidade Federal do Tocantins (CEUA-UFT), o qual passará a reger-se segundo as atribuições aqui conferidas.

**CAPÍTULO I**

**Do Objetivo e Finalidades**

Art. 1º O CEUA-UFT é um órgão colegiado, de natureza técnico-científica, interdisciplinar e independente, com "*mínus* público", de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Está vinculado à Reitoria da UFT e subordinada ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA).

Art. 2º Compete ao CEUA regulamentar, analisar e fiscalizar a realização de atividades envolvendo o uso científico e didático de animais, seguindo as propostas de diretrizes éticas internacionais para pesquisas biomédicas envolvendo os mesmos (Conselho das Organizações Internacionais das Ciências Médicas - CIOMS/OMS, 1985) e o disposto na lei número 11794 de 8 de outubro de 2008 .

**Parágrafo único.** Os membros do CEUA-UFT possuem total independência de ação no exercício de suas funções no Comitê, mantendo sob caráter confidencial as informações recebidas.

**CAPÍTULO II**

**Da Composição**

Art. 3º O CEUA-UFT é constituído por médicos veterinários, zootecnistas, biólogos, docentes e pesquisadores na área e por um representante de associações de proteção e bem-estar animal, legalmente constituída.

§1º Entre os membros titulares deverá haver pelo menos um médico veterinário, um biólogo e um zootecnista.

§2º Na composição deverá, obrigatoriamente, haver membros dos dois sexos.

§3º O CEUA-UFT poderá contar com consultores *ad hoc*, pertencentes ou não à Instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos.

§4º Os membros não poderão ser remunerados.

Art. 4º A nomeação dos membros do CEUA-UFT será através de ato do Reitor, a partir de indicação do Comitê Técnico-Científico da UFT.

§1º O mandato dos membros do CEUA-UFT será de 03 (três) anos, sendo permitida a recondução.

§2º Em caso de necessidade de substituição de algum membro do CEUA-UFT, esta deverá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do pedido de desligamento de seu antecessor.

Art. 5º O CEUA-UFT será dirigido por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos entre seus pares, na primeira reunião de trabalho.

### **CAPÍTULO III**

#### **Das Atribuições**

Art. 6º Compete ao CEUA-UFT:

I. cumprir e fazer cumprir, no âmbito de suas atribuições, o disposto na lei 11.794/08 e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para ensino e pesquisa, especialmente nas resoluções do CONCEA;

II. examinar previamente os procedimentos de ensino e pesquisa a serem realizados na instituição à qual esteja vinculado, para determinar sua compatibilidade com a legislação aplicável;

III. manter cadastro atualizado dos procedimentos de ensino e pesquisa realizados, ou em andamento, na Instituição, enviando cópia ao CONCEA;

IV. manter cadastro dos pesquisadores que realizem procedimentos de ensino e pesquisa, enviando cópia ao CONCEA;

V. expedir, no âmbito de suas atribuições, certificados que se fizerem necessários perante órgãos de financiamento de pesquisa, periódicos científicos ou outros;

VI. notificar imediatamente ao CONCEA e às autoridades sanitárias a ocorrência de qualquer acidente com os animais nas instituições credenciadas, fornecendo informações que permitam ações saneadoras.

§ 1º Constatado qualquer procedimento em descumprimento às disposições da Lei n.º 11.784/08, na execução de atividade de ensino e pesquisa, a CEUA-UFT determinará a paralisação de sua execução, até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

§ 2º Quando se configurar a hipótese prevista no § 1º deste artigo, a omissão da CEUA acarretará sanções à Instituição, nos termos dos arts. 17 e 20 da Lei 11.784/08.

§ 3º Das decisões proferidas pelas CEUA cabe recurso, sem efeito suspensivo, ao CONCEA.

§ 4º Os membros do CEUA responderão pelos prejuízos que, por dolo, causarem às pesquisas em andamento.

§ 5º Os membros do CEUA estão obrigados a resguardar o segredo industrial, sob pena de responsabilidade.

**Parágrafo único.** No caso de projetos multicêntricos, multidepartamentais ou multidisciplinares, o encaminhamento deverá ser feito em conjunto por todos os participantes.

Art. 7º Com base no parecer emitido, cada projeto será enquadrado em uma das seguintes categorias:

- I. aprovado;
- II. com pendência: O CEUA-UFT solicita informações específicas, modificações ou revisão que deverá ser atendida pelo pesquisador, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- III. retirado: quando transcorrido o prazo e o protocolo permanecer pendente;
- IV. não aprovado.

## **CAPÍTULO IV**

### **Do Funcionamento**

Art. 8º O CEUA-UFT se reunirá ordinariamente uma vez por mês perfazendo um total de 12 reuniões anuais. É facultada a não realização de até duas reuniões ao ano, quando houver concentração de férias na Instituição para a maioria dos seus integrantes. Neste caso, as reuniões deverão ser compensadas no mês anterior ou posterior ao período de férias.

**Parágrafo único** - O CEUA-UFT poderá ainda se reunir extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 9º A reunião do CEUA-UFT se instalará e deliberará com a presença da maioria simples de seus membros, e será dirigida pelo seu Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente.

§1º As deliberações do CEUA-UFT serão aprovadas por maioria simples dos membros presentes na reunião.

§2º As reuniões do CEUA-UFT serão convocadas, por escrito, pelo seu Presidente, com antecedência mínima de 07 (sete) dias, com a divulgação da agenda e respectiva pauta, bem como os documentos a serem discutidos.

§3º Em caso de matéria de urgência, a reunião extraordinária do CEUA-UFT pode ter o prazo de convocação reduzido para 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 10 O CEUA-UFT poderá convocar reuniões ampliadas com a participação de especialistas para o desenvolvimento do processo educativo sobre a ética em pesquisa envolvendo animais.

Art. 11 As reuniões dar-se-ão da seguinte forma:

- I. verificação da presença do presidente e, na sua ausência, abertura dos trabalhos pelo vice-presidente;
- II. verificação da presença de membros titulares e existência de quórum;
- III. votação e assinatura da ata da reunião anterior;
- IV. comunicações breves e franqueamento da palavra;
- V. leitura e despacho do expediente;
- VI. ordem do dia, incluindo leitura, discussão e votação dos pareceres;
- VII. organização da pauta para a próxima reunião;
- VIII. distribuição de projetos de pesquisa ou tarefas aos relatores;
- IX. encerramento da sessão.

Art. 12 Ao Presidente compete dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do CEUA-UFT e especificamente:

- I. representar o CEUA-UFT em suas relações internas e externas;
- II. instalar e presidir as reuniões plenárias;
- III. promover a convocação das reuniões;
- IV. indicar membros para estudos e emissão de pareceres necessários à consecução da finalidade do CEUA-UFT;
- V. tomar parte nas discussões e votações e, quando for o caso, exercer direito do voto de desempate;
- VI. assinar os pareceres finais sobre os projetos de pesquisa, denúncias ou outras matérias pertinentes ao CEUA-UFT, segundo as deliberações tomadas em reunião;
- VII. emitir parecer *ad referendum* em matérias consideradas urgentes, dando conhecimento aos membros para deliberação, na reunião seguinte.

Art. 14 Aos membros do CEUA-UFT compete:

- I. estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem atribuídas pelo Presidente;
- II. comparecer às reuniões, proferindo voto ou pareceres e manifestando-se a respeito de matérias em discussão;
- III. requerer a votação de matéria em regime de urgência;
- IV. verificar a instrução dos procedimentos estabelecidos, a documentação e o registro dos dados gerados no decorrer do processo, o acervo de dados obtidos, os recursos humanos envolvidos, os relatórios parciais e finais do processo;
- V. desempenhar funções estabelecidas pelo presidente;
- VI. apresentar proposições sobre as questões referentes ao CEUA-UFT.

**Parágrafo único** - O membro do CEUA-UFT deverá declarar-se impedido de emitir pareceres ou participar do processo de tomada de decisão na análise de protocolo de pesquisa em que estiver diretamente envolvido.

Art. 14 Ao secretário do CEUA-UFT compete:

- I. assistir às reuniões;
- II. encaminhar e providenciar o cumprimento das deliberações do CEUA-UFT;
- III. organizar a pauta das reuniões;
- IV. receber as correspondências, projetos, denúncias ou outras matérias, dando os devidos encaminhamentos;
- V. manter controle dos prazos legais e regimentais referentes aos processos que devem ser examinados nas reuniões do CEUA-UFT;
- VI. preparar, assinar, distribuir aos membros e manter em arquivo a memória das reuniões;
- VII. providenciar, por determinação do presidente, a convocação das sessões extraordinárias;
- VIII. distribuir aos membros do CEUA-UFT a pauta das reuniões.

Art. 15 Será dispensado e substituído o membro do CEUA-UFT que:

- I. não comparecer, sem justificativa, a 03 (três) reuniões consecutivas, ou a 04 (quatro) intercaladas, no mesmo ano;
- II. incorrer em transgressões disciplinares previstas no Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins.

**Parágrafo único** – As denúncias das transgressões deverão ser feitas por escrito, por meio de ofício dirigido ao CEUA-UFT, que o encaminhará ao Reitor da Universidade Federal do Tocantins para a abertura de processo de sindicância.

## **CAPÍTULO V**

### **Do Apoio Logístico**

Art. 16 É de competência do *Campus* Universitário de Araguaína, fornecer ao CEUA-UFT, um local em condições adequadas, para a realização de reuniões e análise dos pareceres para as atividades previstas no Artigo 13 deste Regimento.

## **CAPÍTULO VI**

### **Do Protocolo de Pesquisa e do Parecer**

Art. 17 Os documentos exigidos do (a) pesquisador (a) para apresentação do protocolo de pesquisa estão definidos no artigo 14 da Resolução 879 do CFMV;

§ 1º A submissão do protocolo de pesquisa ao CEUA-UFT independe do nível da pesquisa, se um trabalho de conclusão de curso de graduação, se de iniciação científica ou de pós-graduação, seja de interesse acadêmico ou operacional, desde que dentro da definição de pesquisas envolvendo animais.

§ 2º Cabe a(o) interessado(a) submeter projetos, dependentes de parecer do CEUA-UFT, em tempo hábil para o cumprimento dos prazos e datas limites do/s fundo/s de fomento ao qual submeterá seu projeto.

Art. 18 O CEUA-UFT é responsável pela elaboração de formulários e manuais de orientação, bem como pela divulgação de documentos necessários para a produção e análise de protocolos de pesquisa.

Art. 19 Os prazos para a emissão de pareceres sobre protocolos de pesquisa obedecerão a um prazo entre 30 a 60 dias após a entrega do projeto a ser avaliado pelo CEUA.

## **CAPÍTULO VII**

### **Das Disposições Gerais**

Art. 20 O Comitê manterá, sob caráter confidencial, as informações recebidas.

Art. 21 Os projetos, protocolos e relatórios correspondentes serão arquivados por 05(cinco) anos, após o encerramento do estudo.

Art. 22 Os trabalhos de prestação de serviços desenvolvidos pela Universidade Federal do Tocantins, inclusive as Clínicas e os Estágios, não estão sujeitos a parecer do CEUA-UFT, exceto quando os resultados dos serviços forem utilizados com a finalidade de pesquisa envolvendo animais.

Art. 23 O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta do CEUA-UFT, através da maioria absoluta de seus membros, sendo que as alterações deverão ser submetidas à aprovação pelo Consepe.

Art. 24 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão dirimidas pelo Presidente do CEUA-UFT, com base na Resolução CNS 196/96 do Ministério da Saúde ou outra legislação vigente.

Palmas, 26 de março de 2010.